



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DO VEREADOR CORONEL GILVANDRO MOTA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CCJR

Projeto de Decreto Legislativo n. 020/2020, de autoria da MESA DIRETORA DA CMM, que “**APROVA** a Prestação de Contas da Prefeitura de Manaus, exercício de 2018, de responsabilidade do Prefeito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto. ”.

PARECER

Trata-se de propositura, de autoria da MESA DIRETORA DA CMM, que “**APROVA** a Prestação de Contas da Prefeitura de Manaus, exercício de 2018, de responsabilidade do Prefeito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto. ”.

A presente propositura traz em sua justificativa o objetivo do Projeto de Decreto legislativo, que é a aprovação da Prestação de Contas, exercício 2018 de responsabilidade do Prefeito Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto.

Primeiramente é necessário avaliar o quesito da competência da matéria legislada, e quanto a este tema é possível verificar que no art. 23, inciso V da Lei Orgânica do Município de Manaus diz que é competência privativa da Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito, vejamos:

Art. 23. Competem privativamente à Câmara Municipal as seguintes atribuições:

V - julgar as contas anuais do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

No que tange à tutela jurídica da prestação de contas do prefeito, vemos que o Art. 31, § 1º e § 2º da Constituição Federal, cabe ao poder legislativo a fiscalização do município, senão vejamos:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DO VEREADOR CORONEL GILVANDRO MOTA

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Com Base na Constituição Estadual do Amazonas, em seu art. 127, o controle externo das contas dos municípios será exercido pelas câmaras municipais, vejamos abaixo:

Art. 127. O controle externo das contas dos Municípios será exercido pelas Câmaras Municipais, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

É de suma importância salientar que conforme a lei citada acima é necessário o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, auxílio este que se materializa neste Decreto Legislativo através do parecer juntado, sendo assim, devidamente instruído e auxiliado pelo TCE, inclusive recomendando a Câmara Municipal a aprovação das contas, senão vejamos:

Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas da Prestação de Contas do Prefeito do Município de Manaus, relativa ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto...

Além das legislações citadas acima, a lei orgânica do Município de Manaus aborda ainda em seu artigo 151, § 1º inciso I, que cabe a comissão permanente da Câmara Municipal examinar e emitir parecer sobre as contas do município apresentadas pelo Prefeito, vejamos:

Art. 151 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão enviados pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo, nos termos da legislação a que se refere o artigo 147, § 8º, desta Lei.





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DO VEREADOR CORONEL GILVANDRO MOTA

§ 1º Caberá à Comissão permanente da Câmara Municipal:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

Por todo o exposto, segundo o parecer do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, as contas do prefeito do ano de 2018 estão constituídas no balanço orçamentário, financeiro e patrimonial, e demais elementos que integram a presente prestação de contas foram elaboradas segundo os parâmetros legais abordados na lei 4320/64.

Portanto, não havendo óbice à tramitação de tal propositura, somos **FAVORÁVEIS** ao prosseguimento da matéria.

É o parecer.

Manaus, 15 de dezembro de 2020

CORONEL GILVANDRO MOTA

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS

ASSINATURAS DIGITAIS

GILVANDRO MOTA DA SILVA - VEREADOR - 200.568.772-34 EM 16/12/2020 11:59:14
MARCEL ALEXANDRE DA SILVA - VEREADOR - 262.011.005-04 EM 16/12/2020 11:58:04
ROBSON DA SILVA TEIXEIRA - VEREADOR - 418.366.182-04 EM 16/12/2020 11:39:08
WALLACE FERNANDES OLIVEIRA - VEREADOR - 192.566.802-97 EM 16/12/2020 11:32:00
MARIA JACQUELINE COELHO PINHEIRO - VEREADOR - 231.114.883-49 EM 16/12/2020 11:29:56
FRED WILLIS MOTA FONSECA - VEREADOR - 130.180.602-10 EM 16/12/2020 11:28:59
DANÍZIO ELIAS SOUZA - VEREADOR - 335.262.302-34 EM 16/12/2020 11:28:07

